

PMDB e Centrão tentam acordo para a reforma agrária



O senador Mário Covas (PMDB-SP), à dir., conversa no plenário com os deputados José Bonifácio Andrada (PDS-MG) e José Lourenço (PFL-BA)

Da Sucursal de Brasília

Até a noite de ontem, permanecia o impasse entre os líderes do PMDB e do Centrão para a votação da reforma agrária, prevista para hoje à tarde. O deputado Vicente Bogo (PMDB-RS), que negocia pela esquerda, disse que poderá haver impasse. O Centrão, o PMDB, e a esquerda voltam a se reunir às 8h30 em duas comissões para tentar fechar um acordo que evite o confronto. Os dois pontos que impedem o acordo são os seguintes: o tratamento da propriedade produtiva e a aplicação dos critérios que definem a "função social" da terra. Cada uma das comissões tentará uma fusão de emendas que viabilize um entendimento.

Na questão da propriedade produtiva, o Centrão insiste em incluir no texto constitucional um dispositivo específico que proíba a desapropriação. A liderança do PMDB e os

partidos de esquerda consideram suficiente definir que a propriedade deve cumprir sua função social, ficando, por consequência, livre de desapropriação para efeito de reforma agrária.

Os negociadores já chegaram a um entendimento sobre os critérios definidores da função social: aproveitamento adequado do terreno, observação das leis trabalhistas, preservação do meio-ambiente e favorecimento do bem-estar do proprietário e trabalhadores. Falta, porém, um acordo sobre a aplicação destes pontos. A esquerda defende a simultaneidade. Ou seja, a propriedade só cumpre a função social — e portanto não será desapropriada — se atender aos quatro requisitos ao mesmo tempo. O Centrão considera esta exigência demasiada.

Um dos negociadores do Centrão, o deputado Alysso Paulinelli (PFL-MG), argumenta que o dispositivo desestimula investimentos, pois é necessário um certo tempo para se preencher os quatro critérios, período no qual a terra poderia ser considerada irregularmente aproveitada.



Sindicatos preparam cartazes

Da Sucursal de Brasília

O lobby dos sindicalistas e da Igreja em favor da reforma agrária evitará, hoje, cuidadosamente, qualquer tipo de confronto com os militantes da UDR no Congresso constituinte. Sua estratégia é transferir as represálias aos que votarem contra suas posições para as respectivas bases eleitorais dos senadores e deputados. "Se bobear, cartazes e notas" — disse ontem um dos lobistas, Osvaldo Russo, da Associação Brasileira pela Reforma Agrária.

A votação nem ocorreu e os cartazes denunciando os "traidores do povo" já estão prontos para serem distribuídos, com fotos e nomes dos membros do Centrão que são contra a reforma agrária. Cerca de 100 líderes e dirigentes sindicais estarão hoje em Brasília, acompanhando a votação. Percorrerão gabinetes de manhã e, à tarde, inaugurarão um painel de fotografias, na entrada da Câmara, denunciando a "violência no campo".

A guerra psicológica sofisticada. Toda a sessão de hoje será filmada em vídeo por uma produtora contratada especialmente pela Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), a maior entidade do sindicalismo oficial brasileiro, com 2.800 sindicatos filiados. "Filmaremos todos os discursos contra e a favor, e esses filmes serão exibidos nos Estados" — disse Francisco Urbano, tesoureiro da Contag.

A Igreja deslocou para Brasília um membro do secretariado nacional da Comissão Pastoral da Terra, Hamilton Pereira. Jair Meneguelli, presidente da Central Única dos Trabalhadores, também estará hoje pelos corredores do Congresso, junto com o ex-presidente do Inca, José Gomes da Silva. Se evitam o conflito com a UDR hoje, os sindicalistas preparam-se para ele, depois da votação.

Os sindicalistas exigiram dos líderes do PMDB que o plenário rejeite o texto-base do Centrão como pré-condição para qualquer acordo. Como qualquer acordo só será possível com aprovação do texto-base do Centrão (ressalvando-se os destaques), o conflito já está instalado de antemão. "Estamos em vigília" disse Osvaldo Russo. "Só aceitamos discutir a partir do texto da Comissão de Sistematização" — disse Paulo Roberto Faria, secretário rural da CUT.

A "vigília" implica apenas numa ordem para que os 2.800 sindicatos rurais espalhados por todo o país comecem uma campanha que atinja também os eventuais candidatos a prefeito e vereador apoiados pelos constituintes do Centrão.

O lobby pela reforma agrária tenta garantir alguns pontos "mínimos": garantia da imissão imediata na posse da terra desapropriada, limite máximo de propriedade rural e caracterização inequívoca da "função social" da propriedade.

Militantes da UDR pressionam os 'dúbios'

Da Sucursal de Brasília

Os "dúbios" eram confrontados, os "fechados", cortejados. Era a UDR gastando sola da bota na véspera da votação da reforma agrária. Enquanto no silêncio da biblioteca da Câmara, esquerda, centro e direita multiplicavam encontros em busca de um acordo, nos nove andares do Anexo IV — conhecido com "Serra Pelada" —, grupos de fazendeiros iam a "dúbios", os indecisos segundo a ótica da UDR, e mandavam carta de agradecimento aos "fechados", que votarão com sua tese.

Os "fechados" recebiam um texto de agradecimento à "altivez por manter-se fiel ao verdadeiro espírito democrático" que vem a ser, segundo a UDR, "a preservação dos interesses nacionais e do direito de propriedade".

Segundo o assessor de imprensa da UDR do norte fluminense, Adelfran Lacerda, 28, o termo "interesses nacionais" entrou no texto pelo mesmo motivo que os três mil fazendeiros estarão hoje, no Congresso, com uma tarja verde e amarelo no peito: "Com essa onda de nacionalização, nós resolvemos aproveitar."

O texto dirigido aos "dúbios" pede ao parlamentar para "refletir seriamente" sobre os riscos de "ruptura social e dos elos de produção" caso não seja assegurado o direito de propriedade.

Agora é aquele lagarto ensaboadinho, decretou o fazendeiro Arealdo Carneiro, 50. O "lagarto" era o deputado Ronaldo César Coelho (PFL-RJ), eleito com votos também na região Norte, mas que, segundo a UDR e Arealdo, "na Sistematização não votou como a gente queria". Para quem esperava encontrar um parlamentar escorregadio em suas opiniões, o grupo levou um susto. "Vocês caíram no conto do paco, acreditaram no Centrão e o Centrão não existe", começou César Coelho:

"O Centrão foi inventado para dar cinco anos ao Sarney, e só."

Disse, em seguida, que trabalha "pelo acordo" e avisou: "Democracia é isto. Vocês querem dez coisas? Se preparem para perder pelo menos umas três. Todos ganham e perdem. Esqueçam isto de só ganhar e de golpe militar, é pura bobagem."

Uma galinhada ao som de moda de viola juntou o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, e 50 integrantes da "bancada rural" no Congresso constituinte. No Hotel Nacional jantaram dirigentes estaduais da UDR. Caiado, no final da tarde, no gabinete do monarquista Cunha Bueno (PDS-SP), dizia: "Quero ver o constituinte que vai ter coragem de ir contra o direito de propriedade. Por que não fazem a desapropriação, quando a terra for improdutivo e, como na reforma urbana, por que não fazem com graduação?". Prometia também levar três mil fazendeiros para dentro do Congresso. Acordo, para Caiado, só se forem considerados os interesses dos dois lados. (BF)

A correspondência ruralista

Eis as cartas enviadas pela UDR para os constituintes. A primeira foi entregue aos membros do Centrão; a segunda aos que permanecerem indecisos.

Campos (RJ), 30 de abril de 1988
Exmo. Sr. Deputado
Neste decisivo momento histórico nacional, a União Democrática Ruralista Regional de Campos tem a satisfação de elogiar a altivez de V. Excia. por manter-se fiel ao verdadeiro espírito democrático de preservação dos interesses nacionais e direito de propriedade.

Atitudes como a de V. Excia. demonstram aos produtores rurais que ainda podemos confiar em homens públicos de elevada estirpe, pautados com o interesse exclusivo de servir a Nação, contribuindo para o seu real desenvolvimento e resgate social.
Atenciosamente,
Ronaldo Bartholomeu dos Santos
Presidente

Lobby da UDR visa 58% do plenário

Da Sucursal de Brasília

A União Democrática Ruralista (UDR) "contou seu gado" no plenário do Congresso constituinte. A partir do desempenho dos 559 constituintes em 18 votações, Ronaldo Caiado, presidente da entidade, orientou seus lobistas a centrarem fogo em 325 (58%) dos parlamentares, descartando 234 (42%) como "casos perdidos".

O maior adversário dos interesses da UDR é o PMDB: 64% da bancada é indiferente ou contrária. Os votos do PFL e do PDS, no entanto, animam Caiado: 89% dos membros de cada bancada são tidos como confiáveis.

Segundo levantamento da UDR, estes 325 constituintes são alinhados como "defensores" ou "sensíveis" aos interesses da livre iniciativa. Os outros 234 parlamentares são classificados como "indiferentes" ou "contrários" à livre iniciativa.

Nos últimos dias, os lobistas e os presidentes das regionais da UDR prestigiaram a faixa dos defensores, reforçaram a pré-disposição de voto dos sensíveis, que podem apoiar o projeto do Centrão, e tentaram trazer alguns indiferentes para a categoria dos sensíveis.

Peemedebistas

A bancada do PMDB é a mais oscilante em seu comportamento: 26% defensores, 10% sensíveis, 21% indiferentes e 43% contrários. Os

constituintes do PDS e do PFL têm um desempenho praticamente idêntico. Dos 37 representantes do PDS, 75% são defensores, 8% sensíveis, 11% indiferentes e 6% contrários. A divisão do PFL é a seguinte: 74% defensores, 9% sensíveis, 12% indiferentes e 5% contrários. A explicação para este percentual de "contrários" é o alinhamento dos faltosos nesta categoria.

Todos os partidos de esquerda (PCB, PC do B, PSB e PT) estão definitivamente afastados: 100% das bancadas são tidas como "contrárias" aos interesses da livre iniciativa. A exceção fica com o PDT: 8% são sensíveis, 4% indiferentes e 78% contrários. A bancada do PTB se divide por igual: 60% entre defensores e indiferentes e 40% contrários.

O PFL é pouco coerente com seus princípios pragmáticos: enquanto 57% são defensores, 43% estão alinhados como indiferentes às teses da livre iniciativa.

Crítérios

O computador da União Democrática Ruralista cruzou o desempenho dos constituintes em dezoito votações referentes ao Título "Dos Direitos e Liberdades Fundamentais", onde estão alinhados os direitos dos trabalhadores, como estabilidade no emprego, redução de jornada de trabalho para 44 horas, a possibilidade de cogestão, os direitos dos trabalhadores rurais, o conceito de direito à propriedade e os critérios

para locação de mão-de-obra temporária.

A partir deste mapeamento, os quinhentos lobistas da UDR, hospedados há mais de um mês em Brasília, tentaram carrear votos dos sensíveis para a categoria dos defensores.

Sem isto, a UDR não conseguirá aprovar o projeto do Centrão, que representa os interesses das entidades empresariais rurais. Ao cruzar este levantamento com as votações do Título "Da Ordem Econômica e Financeira", a UDR apeou definitivamente, na última semana, seus possíveis alinhados.

Estados

A classificação dos constituintes por Estado, segundo os critérios da UDR, revela surpresas: a maioria da bancada de São Paulo não defende a livre iniciativa: 51% contrários, 20% indiferentes, 6% sensíveis e 23% defensores.

O mesmo perfil acontece na bancada de Minas Gerais, a partir do levantamento dos computadores da Associação: 37 defensores, 12% sensíveis, 23% indiferentes e 28% contrários.

Os Estados nordestinos reforçam os interesses da livre iniciativa: 58% da bancada do Maranhão, 37% de Pernambuco, 44% do Ceará, 72% de Sergipe e 32% da Bahia são "defensores implacáveis" e aliados fiéis da União Democrática Ruralista.

Lideranças analisam fórmula para acelerar votação no segundo turno

Da Sucursal de Brasília

Começa a circular entre líderes do PMDB uma fórmula para acelerar as votações em segundo turno do novo texto constitucional. A ideia consiste em manter a possibilidade de cada constituinte apresentar quatro emendas supressivas a trechos do projeto já aprovado, mas permitir que apenas duas destas emendas possam ser destacadas para votação. As demais seriam analisadas em bloco.

Desta forma, se cada um dos 559

deputados e senadores destacar duas supressivas, haverá 1.118 emendas passíveis de votação. Acordos e retiradas podem reduzir este número à metade. Caso seja mantida a regra atual — que prevê o limite de dois destaques —, os constituintes apresentarão quatro emendas, totalizando 2.236.

Segundo turno

Aceita a nova fórmula, e considerando-se uma média de trinta votações por dia, o segundo turno ocuparia aproximadamente vinte

dias úteis de votação, equivalente a um mês corrido. Esta etapa começa após a conclusão do primeiro turno e a apresentação das emendas supressivas.

Os parlamentares que analisam esta alternativa para acelerar o processo assinalam que o texto, em sua totalidade, é composto por 1.700 dispositivos (artigos, parágrafos e incisos). Como cerca de 1.200 poderiam ser destacados, estaria plenamente atendida a demanda de propostas de supressão.